

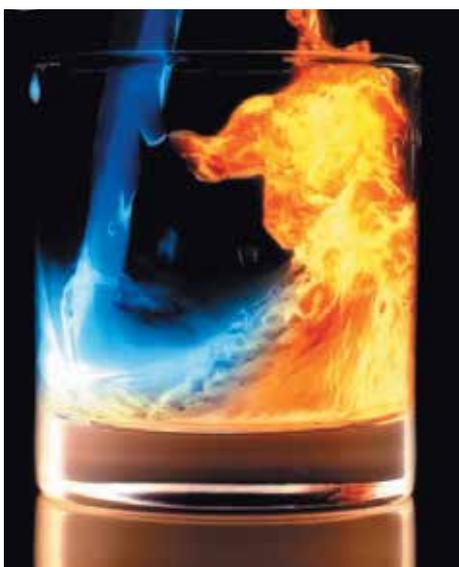
ANP ignora alertas de órgãos fiscalizadores e mantém leilão de gás de xisto

Apesar de todos os alertas, recomendações e evidências dos impactos sócio-ambientais da exploração do gás de xisto, a ANP atropelou pareceres e recomendações dos órgãos fiscalizadores e manteve a decisão de realizar nesta quinta, 28, e sexta-feira, 29, a 12ª Rodada de Licitação. A tática da agência é primeiro leiloar para depois discutir as regras de exploração com as empresas que ganharem a concessão de bacias sedimentares que são margeadas por importantes aquíferos brasileiros, entre eles o de Guarani, no Paraná, que é a maior reserva de água doce do planeta.

Sabemos muito bem como atuam as empresas privadas, principalmente, as multinacionais, nas exploração dos recursos naturais, vide as rachaduras geológicas provocadas pela Chevron na Bacia de Campos, onde até hoje vaza petróleo e nada foi esclarecido. Em audiência pública no dia 21, o diretor da FUP, José Maria Rangel, representante dos trabalhadores no CA da Petrobrás, ressaltou que há um conflito claro de interesses quando o monitoramento das operações fica a cargo da empresa operadora.

Ele ingressou com uma ação popular exigindo a suspensão do leilão. “Nossos órgãos fiscalizadores não têm equipes suficientes para inspecionar todas as atividades de petróleo e gás, assim como acompanhar e garantir a segurança das operações”, alertou.

A exploração do polêmico gás de xisto, tratado pela ANP como “não convencional”, utiliza a técnica de fraturamento hidráulico, através da injeção de água e produtos químicos sob alta pressão. Nos Estados Unidos, país que utiliza há mais de 20 anos essa tecnologia, vários aciden-



tes foram provocados pela exploração do gás de xisto. A contaminação dos lençóis freáticos já inviabilizou o consumo de água potável em pelo menos 30 cidades norte-americanas.

A ANP não respeitou nem mesmo o parecer do Ministério Público Federal

(MPF), emitido no último dia 14, recomendando a suspensão do leilão. Em documento de 17 páginas, o MPF ratifica o alerta feito em setembro, onde recomendou ao ministro das Minas e Energia, Édson Lobão, e à diretora geral da ANP, Magda Chambriard, a suspensão da 12ª Rodada para que fossem “esclarecidos os riscos e impactos ambientais relacionados à exploração do gás de xisto”.

A Agência também passou por cima do Grupo de Trabalho Interministerial de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), que declarou ter sido surpreendido pela autorização da licitação de áreas que ainda estão sendo analisadas ambientalmente. Entre outros questionamentos emitidos pelo Grupo em seu parecer está “a ausência de estudos ambientais preliminares e mesmo de conhecimento de importantes características geológicas das bacias sedimentares para as áreas ofertadas pela ANP”.

Petroleiros protestam contra 12ª Rodada

Na manhã desta quinta-feira, 28, quando a ANP colocou em licitação 240 blocos para exploração de gás natural e de xisto, os petroleiros do Rio Grande do Norte realizaram uma grande manifestação em frente à sede da Petrobrás, em Natal, em protesto contra a 12ª Rodada e as práticas antissindicais da empresa. O ato público contou com a participação da FUP e dos sindicatos do Amazonas, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Alagoas/Sergipe, que denunciaram o ataque à soberania que representa entregar às multinacionais a exploração dos recursos naturais brasileiros e protestaram contra o corte de investimentos da Petrobrás nas áreas de campos terrestres.

No Paraná, os petroleiros também se manifestaram contra a 12ª Rodada, em um ato público realizado no dia 20, em frente à Copel (Companhia Paranaense de Energia), em Curitiba. A manifestação foi um ato conjunto do Sindipetro-PR/SC, Sindicato dos Engenheiros, CUT, CPT e Levante Popular da Juventude. Além de denunciarem os riscos e impactos ambientais da exploração do gás de xisto, as entidades se manifestaram contra as violações aos Direitos Humanos que vêm sofrendo as populações atingidas por barragens no estado do Paraná.

Democratizar a representação dos trabalhadores nos CAs **Zé Maria intensifica luta pela aprovação do PL 6051/2013**

O diretor da FUP e representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás, José Maria Rangel, desde o início de seu mandato vem lutando para derrubar as limitações impostas aos conselheiros eleitos, que são impedidos de discutir e votar questões relativas aos empregados, como remuneração, relações sindicais e previdenciárias. Para democratizar o mandato dos trabalhadores no CA, Zé Maria vem lutando para suprimir o parágrafo 3º do artigo 2º da Lei 12.353/2010, que impõe essa limitação aos trabalhadores. Em conjunto com a deputada federal Fátima Bezerra (PT/RN), ele formulou o Projeto de Lei 6051, que deu entrada em agosto na Câmara, apresentado pela parlamentar.

A luta agora é pela aprovação do PL. José Maria Rangel vem se articulando com outros conselheiros de estatais, eleitos pelos trabalhadores, bem como parlamentares do campo da esquerda. Nas últimas semanas, o diretor da FUP participou de reuniões com os representantes dos empregados nos CAs do BNDES, William Saab; do Banco

do Brasil, Rafael Matos; da BR Distribuidora, Janine Senna; da Eletrobrás, José Daldegan, além do secretário nacional de Organização e Política Sindical da CUT, Jacy Afonso de Melo. O objetivo é concentrar forças para que o PL 6051 tramite rápido no Congresso.

No último dia 27, o projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e agora será apreciado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Em audiência com o deputado Ricardo Berzoini (PT/SP), um dos integrantes da Comissão, Zé Maria e outros conselheiros eleitos expuseram a importância do PL 6051 e solicitaram a colaboração do parlamentar para intermediar junto ao Executivo a sanção do projeto, caso seja aprovado. "É constrangedor você ser convidado pra se retirar quando vão votar assuntos relacionados aos empregados. O objetivo é colocar o fim nisso", reiterou o diretor da FUP. O deputado Berzoini entendeu a importância da reivindicação e deverá ser o relator do PL na CCJC.

Oposições de base apoiadas pela FUP realizam campanhas de sindicalização

A grande maioria dos sindicatos petroleiros realiza eleições em 2014 para escolher as diretorias que conduzirão as lutas da categoria pelos próximos três anos. Para garantir a participação ampla dos trabalhadores na organização sindical, é fundamental que os petroleiros que ainda não são sindicalizados se associem aos sindicatos de suas bases. Por isso, as oposições apoiadas pela FUP, que lutam pela reconstrução da unidade nacional e fortalecimento da organização sindical petroleira, iniciaram campanhas de incentivo à sindicalização.

No Rio de Janeiro, os petroleiros já correm contra o relógio para garantir a tempo participação na eleição do Sindipetro-RJ, que deverá ser realizada até abril do ano que vem.

Por isso, é importantíssimo que os trabalhadores se sindicalizem o quanto antes. Para participar da eleição, seja como eleitor ou como candidato, é necessário que o registro de sindicalização seja feito até, no máximo, segunda-feira, 02.

A base do Rio de Janeiro é uma das mais importantes do país, pois representa cerca de 30% dos trabalhadores do Sistema Petrobrás. No entanto, menos de um quinto são sindicalizados. Não chega a três mil o número de petroleiros da ativa associados ao Sindipetro-RJ. Em função disso, na última eleição, menos de 15% dos trabalhadores votaram. Para maiores informações, acesse o blog da oposição da base do RJ:

unidadenacionalrj.org.br

Trabalhadores apresentarão propostas de um novo modelo energético aos candidatos que disputarão as eleições de 2014

Em reunião no último dia 27, na Regional São Paulo do Sindipetro Unificado-SP, petroleiros, eletricitários e lideranças do MAB/Via Campesina fizeram um balanço da atuação da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia em 2013 e discutiram os principais desafios para 2014. Os trabalhadores consideraram positivas as intervenções dos movimentos sociais para barrar o leilão de Libra e as 11ª e 12ª Rodadas de Concessão de petróleo e gás, disputando a sociedade para a luta em defesa da soberania nacional.

Também foram ressaltados os debates e seminários realizados em torno das propostas da Plataforma para um novo modelo energético, focado na soberania, desenvolvimento nacional, empregos decentes e distribuição de renda. Os trabalhadores concordaram em ampliar em 2014 o debate em torno dessas propostas para que sejam formalizadas e apresentadas pela Plataforma aos candidatos que disputarão as eleições presidenciais.



Ampliação do Programa Jovem Universitário

Há uma década, a FUP vem lutando para que a Petrobrás garanta o acesso de todos os petroleiros e seus dependentes ao ensino superior, de forma ampla e irrestrita. O ACT 2013 garantiu um passo fundamental nesse sentido, ao acabar com as limitações que a empresa havia imposto ao Programa Jovem Universitário, que a partir de 2014 será extensivo a todos os cursos de nível superior. Além disso, ampliamos para mais um mês, em cada semestre, a cobertura dos gastos com compras de livros para quem estuda em universidades públicas.

Desde 2004, os petroleiros reivindicavam a extensão dos benefícios educacionais para os cursos de nível superior. No entanto, a Petrobrás só concordou em discutir a pauta em 2007, mas apresentou uma proposta de desconto entre 10% e 30% nas mensalidades, através de convênios com algumas universidades privadas. A FUP rejeitou a proposta e somente na campanha de 2009, quando a categoria realizou a greve de cinco dias em março, a Petrobrás implementou o Programa Jovem Universitário, mas restrito às carreiras ligadas ao setor petróleo. No ano seguinte, fizemos a empresa dobrar o percentual de reembolso das mensalidades, de 30% para 60%, mas a Petrobrás continuou mantendo a limitação de carreiras.

A ampliação dos benefícios educacionais é uma das principais conquistas sociais dos últimos acordos coletivos de trabalho conquistados pela categoria nas campanhas de reivindicações conduzidas pela FUP. Até 2001, os trabalhadores do Sistema Petrobrás só tinham direito ao auxílio creche ou acompanhante para filhos com até 3 anos de idade. Se não fizesse uso desse benefício, o trabalhador poderia solicitar o auxílio pré-escolar (para crianças até 5 anos).

Em 2002, conquistamos o Auxílio Ensino Fundamental, que garantiu na época reembolso de até 70% das mensalidades escolares. Na campanha seguinte, o benefício foi estendido para o ensino médio e passamos a garantir também a cobertura das despesas escolares dos dependentes matriculados na rede pública de ensino, como uniforme, material escolar e transporte.

Em 2005, os benefícios educacionais foram estendidos para menores sob guarda e em processo de adoção. Em 2007, a FUP garantiu a manutenção dos reembolsos educacionais para os dependentes de trabalhadores que falecerem e a extensão do benefício até a conclusão do nível médio para os filhos de titulares que se aposentarem por invalidez em consequência de acidentes de trabalho. O benefício passou a ser mantido em casos de repetência de alunos com necessidades especiais; que adoecerem durante o ano letivo ou que sofrerem problemas de adaptação durante a transferência do trabalhador.

Edição 1115 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico Zé, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria,